4. "EN EL CAMINO DEL CHE": DITADURAS MILITARES, LUTA ARMADA E INTERNACIONALISMO REVOLUCIONÁRIO NA AMÉRICA DO SUL NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

Izabel Priscila Pimentel da Silva[I]

O cenário político da América do Sul foi marcado, ao longo das décadas de 1960 e 1970, pela emergência de ditaduras civil-militares e pela ascensão de diversas organizações revolucionárias, que, apesar de suas especificidades, também possuíam similitudes teóricas e práticas e, além disso, procuraram estabelecer articulações guerrilheiras, esboçando tentativas (na maioria dos casos, fracassadas) de efetivar um internacionalismo revolucionário na região. O presente artigo visa elucidar uma dessas experiências internacionalistas revolucionárias na América do Sul, através da formação da *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), organização que reuniu quatro dos grupos guerrilheiros mais significativos de *nuestra América*: o *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (do Uruguai); o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (do Chile); o *Ejército Revolucionário del Pueblo* (da Argentina) e o *Exército de Libertação Nacional* (da Bolívia).

Palavras-Chave: Luta Armada – Ditadura – Internacionalismo – América do Sul

On Che's way: Military dictatorships, armed struggle and revolutionary internationalism in South America in the 1960's and 1970's

Latin American political scene has been marked, along the decades of 1960 and 1970, by the emergency of civil-military dictatorships and by the rise of several revolutionary organizations which, in spite of their specificities, also had theoretical and practical similarities, and, besides that, aimed to establish guerrilla connections, drafting attempts (most of them unsuccessful) to implant a revolutionary internationalism in the area. The present article aims at elucidating one of these revolutionary internationalist experiences in South America, through formation of the *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), organization that congregated four out of the most expressive guerrilla groups in *nuestra América*: the *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (from Uruguai); the *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (from Chile); the *Ejército Revolucionário del Pueblo* (from Argentina), and the *Exército de Libertação Nacional* (from Bolívia).

Key-Words: Armed Struggle – Dictatorship – Internationalism – South America

Nuestra América: Breve panorama da esquerda armada sul-americana nas décadas de 1960 e 1970

"Era como se no canto de uma orquestra, alguns instrumentos recusassem as orientações do maestro, persistindo teimosamente em desafinar. E em desafiar".
Daniel Aarão Reis

Artigo recebido em 12/05/2013 e aceito em 01/03/2014

Em 1967, a morte do líder revolucionário Ernesto "Che" Guevara, na selva da Bolívia, comoveu milhares de pessoas em todo o mundo, especialmente a juventude radicalizada, que alçou "Che" ao patamar de herói e mito, símbolo da luta dos povos latino-americanos. Nesse contexto, o cenário latino-americano era atingido por uma onda avassaladora de intensos movimentos de contestação à ordem vigente, inseridos num contexto mundial onde a idéia de *revolução* – política, econômica, cultural, pessoal – ganhava corações e mentes.

Contudo, este período marcado pela rebeldia, que se estenderia até meados da década de 1970, também foi palco de movimentos conservadores e autoritários. As elites políticas e econômicas de *nuestra America* esforçaram-se em interromper o protagonismo crescente das classes subalternas e em barrar a influência das experiências revolucionárias então vitoriosas e com grande poder de atração sob as esquerdas em todo o mundo – a *Revolução Cubana* e a *Revolução Chinesa* – sem mencionar os exemplos revolucionários das *lutas anticoloniais* deflagradas na África e Ásia, sobretudo na Argélia e Vietnã.

Assim sendo, os "rebeldes" anos 60 e 70 do século XX também seriam marcados na América Latina, em especial na região do Cone Sul, pela emergência de governos autoritários que possuíam uma característica em especial: a presença de *militares no poder*. Contando com o apoio de amplos setores civis, estes militares implantaram e sustentaram ditaduras, tornando a democracia uma exceção à regra no cotidiano político do continente.

Na Bolívia, por exemplo, o golpe de Estado de novembro de 1964 iniciou um longo ciclo de governos militares: René Barrientos (1964-1969), em cuja gestão foi reprimida a organização guerrilheira criada por "Che" Guevara em território boliviano, da qual trataremos mais adiante; Alfredo Ovando (1969-1970); Juan José Torres (1970-1971) e Hugo Banzer Suárez (1971-1977). Entre 1977 e 1980, mais quatro golpes de Estado afligiriam a Bolívia.

No Uruguai, a primeira metade da década de 1960 foi marcada pelo surgimento do *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* – o nome da organização homenageava o líder anticolonialista Tupac Amaru, assassinado pelos espanhóis no século XVIII. Formados a partir da união de grupos heterogêneos da esquerda uruguaia e liderados pelo jornalista Raúl Sendic, os Tupamaros ou simplesmente *tupas*, como ficaram conhecidos, adotaram o socialismo como objetivo da revolução e a guerrilha urbana como forma de luta. Nesse sentido, notabilizaram-se pela ousadia de suas ações, como expropriações de bancos e distribuição de dinheiro e alimentos na periferia de Montevidéu e capturas de diplomatas e agentes da repressão.

Os Tupamaros tornaram-se o alvo principal das forças de repressão no Uruguai. Após duros golpes, em 1972 a organização já estava praticamente desarticulada. Ainda assim, a "subversão" foi usada como pretexto para a articulação de um golpe de Estado. Uma série de medidas autoritárias preparou o terreno para a deflagração do golpe em junho de 1973, que, diferentemente do que aconteceu nos países vizinhos, foi arquitetado pelo próprio presidente da República, Juan Maria Bordaberry, juntamente com os comandantes das Forças Armadas. O Parlamento foi dissolvido, os partidos e organizações de esquerda foram colocados na ilegalidade, o movimento operário foi liquidado, o setor universitário sofreu intervenções e uma brutal repressão foi desencadeada, radicalizando o terrorismo de Estado iniciado desde antes do golpe.

As principais lideranças dos Tupamaros foram presas e tratadas como reféns para impedir possíveis ações da organização. Aprisionados em condições inumanas, praticamente incomunicáveis e sofrendo torturas diárias, enfrentaram longos anos de confinamento. Aliás, o elevado número de prisões foi uma das principais características da ditadura no Uruguai. Diferentemente do que aconteceria na Argentina, o país não apresentou um processo de "desaparecimentos" em larga escala, dado o próprio tamanho do país e sua população reduzida.[II]

Os remanescentes tupamaros partiram para o exílio, onde, a exemplo do que vivenciaram outras organizações revolucionárias, fragmentaram-se após profundos "rachas" e polêmicas. Em 1985, após a redemocratização do Uruguai, os Tupamaros – após muitas fragmentações, que resultaram no abandono das armas – retornaram à vida pública, desta vez optando pela participação política partidária e eleitoral.[III]

No Chile, o cenário político da segunda metade da década de 1960 foi marcado pelo surgimento do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*, fundado em 15 de agosto de 1965, a partir da confluência de grupos heterogêneos de esquerda. O MIR era fortemente influenciado pela Revolução Cubana e pelo pensamento castrista e guevarista e criticava o chamado "reformismo". A organização dedicou-se a formar quadros e expandir-se entre as massas. Em 1967, em seu III Congresso, o MIR chileno redefiniu suas orientações, assumindo a estratégia da luta armada, o que representava a vitória dos setores mais radicais dentro da organização, liderados por Miguel Enríquez Espinosa, que assumiu o cargo de secretário-geral do MIR neste mesmo ano.

Em 1970, Salvador Allende foi eleito presidente da República – o primeiro presidente socialista eleito democraticamente na América do Sul. Allende era o candidato de uma coalização de esquerda, a *Unidade Popular*[IV], e propunha abrir caminho ao socialismo através de profundas mudanças econômicas, políticas e sociais no Chile, sem recorrer à insurreição armada. O MIR criticava essa "via chilena" ao socialismo, o que propiciava uma relação conflituosa com o governo. Ainda assim, a direção mirista adotou uma "trégua", suspendendo qualquer ação armada.

Em setembro de 1973, o general Augusto Pinochet liderou a violenta derrubada do governo de Salvador Allende, que resistiu até a morte no Palácio de la Moneda, que foi bombardeado. A partir de então, o Chile assistiu à implementação de uma longa ditadura. O MIR logo se tornou o principal alvo das primeiras ações repressivas, desencadeadas especialmente pelo órgão da inteligência da ditadura, a Direção de Inteligência Nacional (DINA). A grande maioria dos *miristas* foi presa, torturada, assassinada ou "desaparecida", sobretudo suas lideranças.[V]

Na Argentina, as décadas de 1960 e 1970 também representaram um momento de amplas mobilizações políticas e sociais. No contexto em que as formas tradicionais de fazer política eram cada vez mais questionadas, os grupos de luta armada também desempenharam papel significativo na política argentina. Entre as dezenas de grupos da esquerda revolucionária argentina, destacaremos a trajetória do *Ejército Revolucionário del Pueblo* (ERP), fundado em 1970. As origens desta organização remontam, no entanto, à formação, em 1963, da *Frente Único FRIP-PO*, composta pela *Frente Revolucionario Indoamericanista Popular* (FRIP) – dirigida pelos irmãos Asdrúbal e Mario Roberto Santucho e politicamente

heterogênea, era integrada por estudantes, intelectuais e, sobretudo, trabalhadores do noroeste argentino (em especial da província de Tucumán) – e a *Palabra Obrera* (PO), uma organização de matriz trotskista, dirigida por Nahuel Moreno e com presença entre estudantes e operários nas províncias de Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e Rosário. Apesar de suas significativas diferenças, as duas organizações avançaram em um processo de fusão que se concretizou em 25 de maio de 1965, quando fundam o *Partido Revolucionário de los Trabajadores* (PRT).

Entre 1965 e 1970, o PRT enfrentou uma série de disputas e "rachas", cujo cerne referia-se à deflagração da luta armada, proposta defendida por Mario Roberto Santucho e rejeitada pelo grupo ligado a Nahuel Moreno. Em 1968, às vésperas do IV Congresso do PRT, a disputa culminaria no rompimento da corrente liderada por Moreno. Santucho assumiria a direção geral do PRT, na qual permaneceu até sua morte em 1976. No V Congresso do PRT, realizado em julho de 1970, o tema da luta armada – que tinha sido o responsável pelos "rachas" dentro da organização – tornou-se uma preocupação central. A saída do grupo de Moreno, no entanto, não pôs fim aos conflitos internos. Contudo, a corrente liderada por Santucho conseguiu afastar do partido as outras correntes que criticavam a ênfase na questão militar. Assim sendo, uma das principais resoluções do V Congresso do PRT foi a fundação do *Ejército Revolucionário del Pueblo* (ERP).

A partir de então, o ERP iniciou uma campanha de operações militares de grande envergadura, que envolveram capturas de diplomatas e empresários estrangeiros e expropriações de armas e dinheiro. Com milhares de militantes, distribuídos em células por diversas cidades argentinas, o ERP alcançou o patamar de uma das mais importantes e ativas organizações revolucionárias atuantes na Argentina ao longo da década de 1970. E como tal atraiu o olhar das forças repressivas, em especial após a criação, em 1974, da Aliança Anticomunista Argentina, mais conhecida como *Triple A*, uma organização de extrema-direita, que liderou uma série de perseguições e assassinatos políticos e atuou particularmente no governo de "Isabelita" Perón (1974-1976). A repressão recrudesceria após o golpe de Estado deflagrado em março de 1976, quando a Junta Militar composta pelos comandantes-em-chefe das três Forças Armadas – o general Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Eduardo Massera e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti – assumiu o governo e iniciou a ditadura militar mais violenta e transformadora da história argentina. O *terrorismo de* Estado – planejado e executado pelas três armas – incluiu seqüestros, detenções, torturas, execuções e "desaparecimentos", deixando um saldo de cerca de trinta mil mortos e/ou desaparecidos na Argentina.

Com o recrudescimento da repressão na Argentina e o aumento das prisões, "desaparecimentos" e mortes, inclusive do líder do ERP, Mario Roberto Santucho, os remanescentes decidem partir para o exílio, em sua maioria na Europa. No exterior, um processo de autocríticas, "rachas", redefinições e fragmentações levaria à extinção do ERP.[VI]

"En el camino del Che": A *Junta de Coordinación Revolucionaria* e o internacionalismo revolucionário na América do Sul

"A la estrategia internacional del imperialismo corresponde la estrategia continental de los revolucionarios".
Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR)

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, as organizações da esquerda armada na América do Sul, apesar de suas especificidades, também possuíam similitudes teóricas e práticas e, além disso, procuraram estabelecer articulações guerrilheiras, esboçando tentativas (na maioria dos casos, fracassadas) de efetivar um internacionalismo revolucionário na região. O presente artigo visa elucidar uma dessas experiências internacionalistas revolucionárias na América do Sul, através da formação da *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR).

No contexto latino-americano, as propostas de internacionalismo revolucionário, próprias do socialismo, ganharam forte ímpeto após a vitória da Revolução Cubana em 1959. A vitória dos "barbudos" de *Sierra Maestra* inspirou fortemente as esquerdas latino-americanas. Acima de tudo, a Revolução Cubana tornou-se um modelo a ser seguido.

Já em Cuba, como analisou Denise Rollemberg, tornou-se primordial a questão de *exportar a revolução*, não só numa perspectiva de internacionalismo revolucionário, mas também, e sobretudo, como forma de sobrevivência e consolidação da revolução na própria ilha.[VII] Contudo, a partir de 1967, Fidel Castro consolidou o caminho de aproximação com a União Soviética – que se opunha às tentativas de desencadeamento da revolução na América Latina – e assumiu a construção do socialismo em um só país.[VIII] Ambiguamente, no entanto, Fidel Castro também incentivava a impulsão da revolução pelo chamado Terceiro Mundo. Nessa perspectiva, ocorreu em Havana, entre julho e agosto de 1967, a conferência que deu origem à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que estenderia a revolução pelos países latino-americanos.[IX] Embora posteriormente Fidel Castro tenha assumido oficialmente junto à URSS o compromisso de pôr fim à "exportação" da revolução, Cuba apoiou direta e indiretamente (inclusive financeiramente) a guerrilha na América Latina. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, um contingente de 2.000 a 3.000 guerrilheiros latino-americanos teriam sido treinado na ilha.[X]

Contudo, indubitavelmente, o maior símbolo ou aquele que melhor encarnou a proposta de *exportação da revolução* foi Ernesto "Che" Guevara. Após consagrar-se como um dos principais líderes da Revolução Cubana e depois de passar anos morando em Cuba, "Che" renunciou seus cargos no alto comando do novo governo cubano para levar a revolução a outros povos.

> Se não houvesse revolução em outros países, não haveria lugar para Che. O poder burocratizado lhe era estranho e as críticas à URSS, manifestadas publicamente em 1965, o indispunham a permanecer no governo, em um momento em que Cuba já dependia da ajuda soviética. Assim, seguiu a opção feita desde sempre, coerente com sua vida, em direção à revolução, à transformação, à vida, ao abismo, à morte, à lenda.[XI]

Em 1965, Guevara deixou Cuba e partiu em uma missão clandestina para dirigir um grupo de cubanos que apoiavam os revolucionários no Congo. Contudo, a iniciativa fracassou. Já em 1966, partiu rumo à selva boliviana, onde esperava contar com o apoio dos camponeses. No ano seguinte, fundou, na Bolívia, o *Exército de Libertação Nacional* (ELN), no qual militavam bolivianos, cubanos e peruanos, dispostos a espalhar a revolução pela América do Sul.[XII] Os combates iniciaram-se em março de 1967. Isolados, sem água, sem remédios, com pouco armamento, sem conseguir estabelecer contatos com os setores populares, sem apoio

do Partido Comunista Boliviano (de tendência soviética), lutando em condições cada vez mais adversas, a guerrilha fracassou e Guevara foi finalmente capturado em 08 de outubro de 1967. Ao ser interrogado sobre sua nacionalidade, respondeu: "Sou cubano, argentino, boliviano, equatoriano...". No dia seguinte, foi assassinado. Morria o maior símbolo do guerrilheiro sem pátria, da revolução sem fronteiras.

Apesar de sua morte e do fracasso de seu projeto revolucionário internacionalista, as palavras, as ideias, o exemplo de "Che" Guevara e sua perspectiva de uma revolução para além das fronteiras nacionais continuaram vivos nos corações e mentes dos revolucionários latino-americanos. Em mensagem enviada à Conferência Tricontinental[XIII], Guevara incentivou a criação de "dois, três, muitos Vietnãs" e conclamou os grupos armados da América Latina a "*formar uma espécie de Junta de Coordenação* para tornar mais difícil a tarefa repressiva do imperialismo ianque e facilitar a própria causa".[XIV]

O ponto de partida para a formação de uma "junta de coordenação" entre grupos da esquerda sul-americana foi o contato com os sobreviventes cubanos do Exército de Libertação Nacional da Bolívia, que, após o fracasso da guerrilha guevarista, que culminou no assassinato de dezenas de guerrilheiros, incluindo o próprio Guevara, conseguiram chegar (clandestinamente) ao Chile, depois de caminhar mais de 1000 km em condições subumanas. Os sobreviventes foram detidos, mas receberam todo o apoio dos principais grupos da esquerda chilena, em especial do MIR. Após uma forte campanha de solidariedade organizada pelos militantes da esquerda chilena e os esforços do então senador Salvador Allende, o grupo conseguiu ser repatriado para Cuba.[XV]

Desde então, os militantes do ELN mantiveram contatos sistemáticos os *miristas* chilenos. A partir de 1970, quando Salvador Allende assumiu a presidência da República, o Chile, além de um lugar de refúgio, sobretudo em vista das várias ditaduras militares que já se espalhavam pela América do Sul, tornou-se um espaço fundamental de trocas políticas para os militantes da esquerda armada sul-americana. Guerrilheiros do ELN boliviano, tupamaros uruguaios e membros do ERP argentino conviviam, debatiam, confirmavam afinidades políticas e aproximavam-se dos militantes do MIR chileno, entre outras organizações.

No final de 1972, a sintonia entre estas organizações, que já se consideravam "hermanas", começou a ganhar contornos de formalização. Em novembro daquele ano, reuniram-se em Santiago as principais lideranças do MIR, do ERP e do MLN-Tupamaros. Foi então criada a *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), que deveria ser a concretização da visão estratégica de "Che" Guevara. Em uma segunda reunião realizada em junho de 1973, desta vez na cidade argentina de Rosário, o ELN da Bolívia – que até então só mantinha conversas bilaterais com as outras três organizações, mas contava com grande prestígio e força simbólica por ser representante da guerrilha iniciada pelo próprio Guevara – foi formalmente integrado à recém-fundada Junta de Coordinación Revolucionaria.[XVI]

Segundo John Dinges, a JCR não era

> uma simples aliança, nem a reunião das organizações separadas. A proposta (...) era que nenhum movimento revolucionário de um país ficasse subordinado ao outro. Cada grupo lutaria com a sua agenda e seus métodos. (...) Cada organização-membro escolheria como e quando pegar em armas. Mas juntas elas criariam uma

> infra-estrutura, um aparelho internacional que propiciaria apoio logístico, financeiro e militar mútuo.[XVII]

Em um estatuto provisório, aparentemente datado de 1974, a organização apontou suas principais aspirações:

> Impulsionar la lucha por la revolución continental, antiimperialista y socialista, que supone el derrocamiento violento de las clases dominantes mediante uma estratégia político-militar de lucha, la destrucción del estado burguês y el establecimiento de la dictadura del proletariado y la construcción de um nuevo estado basado em la democracia directa, em donde el proletariado dirige al conjunto de las clases aliadas y domina a las clases enemigas.[XVIII]

Nos primeiros anos da Junta de Coordinación Revolucionaria, o Chile exerceu um papel fundamental, afinal tinha sido o "anfitrião" das outras três organizações que, juntamente com os *miristas* chilenos, dariam origem à JCR. No entanto, com o golpe de Estado perpetrado pelo general Augusto Pinochet, em setembro de 1973, a violência repressiva que se seguiu alterou radicalmente o cenário chileno. Até meados de 1975, a maioria dos militantes do MIR estava presa ou desaparecida. Com o avanço repressivo, os chilenos foram perdendo sua centralidade dentro da JCR.

Após o golpe no Chile em 1973 – antecedido, entre outros, pelo golpe na Bolívia em 1971 e no Uruguai em junho de 1973 – a Argentina, que então vivia um momento democrático, tornou-se um porto para os refugiados políticos e as organizações revolucionárias (embora, como já assinalamos, este período também foi marcado na Argentina pela repressão à esquerda armada). De qualquer maneira, era grande o otimismo revolucionário: "Imaginávamos uma espécie de Vietnã embrionário em toda a América Latina. Íamos levar a idéia da JCR ao Brasil, Peru, México, Caracas. Para nós, a revolução estava prestes a se iniciar em toda a América Latina", relembra Luis Mattini, uma das lideranças do ERP.[XIX]

Em fevereiro de 1974, a Junta de Coordinación Revolucionaria anunciou publicamente sua criação, após convocar uma "coletiva de imprensa" clandestina em Buenos Aires[XX], na qual foi distribuído o comunicado *A los pueblos de América Latina*, onde assim apresentavam-se:

> El Movimiento de Liberación Nacional (Tuparnaros) de Uruguay, el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) de Chile, el Ejército de Liberación Nacional (ELN) de Bolivia y el Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) de Argentina, firman la presente declaración para hacer conocer a los obreros, a los campesinos pobres, a los pobres de la ciudad, a los estudiantes e intelectuales, a los aborígenes, a los millones de trabajadores explotados de nuestra sufrida patria latinoamericana, su decisión de unirse em uma Junta de Coordinación Revolucionaria.
> Este importante paso es producto de una sentida necesidad, de la necesidad de cohesionar a nuestros pueblos en el terreno de la organización, de unificar las fuerzas revolucionarias frente al enemigo imperialista, de librar con mayor eficacia la lucha política e ideológica contra el nacionalismo burguês y el reformismo.
> Este importante paso es la concreción de una de las principales ideas estratégicas del comandante Che Guevara, héroe, símbolo y precursor de la revolución socialista continental. Es también significativo paso que tiende a retomar la tradición fraternal de nuestro pueblos que supieron hermanarse y luchar como un solo hombre contra los opresores del siglo pasado, los coloniales españoles.[XXI]

Num editorial intitulado "En el camino del Che", de março de 1974, o jornal *Estrella Roja*, órgão do Ejército Revolucionário del Pueblo alertava para a articulação entre as ditaduras no Cone Sul e seu alinhamento com os interesses imperialistas estadunidenses e anunciava, em resposta a isso, a união das quatro organizações revolucionárias sul-americanas, seguindo as trilhas das ideias guevaristas:

> Así actúa el enemigo, y frente a él; habremos de responder dando a la guerra revolucionaria que ya estamos librando, un carácter solidario y continental, centralizando y coordinando nuestros esfuerzos. Para ello surge esta Junta de Coordinación Revolucionaria, como expresión de la decisión de lucha de los pueblos del Cono Sur de América Latina. (...) Tal el legado del Che Guevara, cuyo camino estamos transitando.[XXII]

Ainda durante o ano de 1974, a Junta procurou desenvolver uma infra-estrutura de propaganda. Nesse sentido, criou seu órgão de divulgação internacional – uma revista significativamente intitulada *Che Guevara*. A revista, traduzida em três idiomas, teve apenas três números, publicados de forma irregular em novembro de 1974, fevereiro de 1975 e outubro de 1977, respectivamente.

A política exterior e as alianças internacionais representaram, desde o início, uma das prioridades da Junta de Coordinación Revolucionaria. Ainda em 1973, logo após as reuniões realizadas em Rosário (Argentina), o tupamaro Efraín Martinez Platero foi escolhido como representante internacional da JCR. A partir de então, Platero realizou diversas viagens visando conquistar apoio para a Junta. Seu primeiro destino foi Cuba – a ilha era considerada pelas quatro organizações que formavam a JCR a vanguarda revolucionária da América Latina. No entanto, a idéia de criação de uma junta revolucionária latino-americana não foi bem recebida por Fidel Castro. Apesar de Platero ter invocado a memória de "Che" Guevara como inspiração para a JCR, o líder cubano não aprovava os planos da Junta.

Segundo Aldo Marchesi, alguns fatores explicam essa desaprovação cubana em relação à JCR, entre eles a aproximação do governo cubano com a União Soviética – ainda que não representasse o fim do apoio de Cuba à esquerda armada latino-americana – que significou um estreitamento das relações com os partidos comunistas latino-americanos e, como apontamos anteriormente, uma revisão das propostas defendidas pela Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Além disso, Fidel Castro imaginava que o desenvolvimento de uma coordenação revolucionária na América Latina, como propunha a JCR, poderia significar uma disputa de hegemonia – até então exercida por Cuba – dentro dos movimentos revolucionários latino-americanos.[XXIII] Apesar da resistência de Cuba, a Junta de Coordinación Revolucionaria prosseguiu sua busca por contatos e apoio no exterior e conseguiu estabelecer uma rede internacional basicamente na Europa.

As organizações da JCR embarcaram num período de intensos preparativos para a ofensiva futura, o que, na prática, significaria também a reestruturação do ELN, dos Tupamaros e do MIR, sobretudo após as duras ondas de repressão que se seguiram aos golpes de Estado deflagrados na América do Sul. As grandiosas metas da JCR exigiam muito dinheiro. E caberia ao ERP financiar a Junta de Coordinación Revolucionaria. Aliás, ao contrário do que ocorreu com as outras três organizações, o ERP manteve uma posição privilegiada durante o período de desenvolvimento da JCR, em especial devido ao fato da Argentina, entre 1973 e 1976, ter gozado de uma relativa liberdade democrática. Nesse contexto, o ERP era a mais rica das organizações que integravam a JCR, sobretudo após algumas capturas de

executivos/empresários estrangeiros, cujos resgates eram destinados, em grande parte, para os projetos da Junta.

Assim sendo, o nível de desenvolvimento da experiência da JCR era diretamente proporcional ao aumento do nível de influência do ERP dentro da Junta:

> La disparidad de recursos, la cantidad de cuadros formados, el menor peso de la represión y uma imagen de relativo êxito em su accionar hasta el año 75 aseguró al PRT-ERP uma presencia sin contrapesos em la JCR. A diferencia de las otras organizaciones que habían sufrido importante derrotas el PRT-ERP se mostraba como uma organización em ascenso y eso le generaba respeto entre vários de los militantes de los otros países que sufrían los avances de los regimenes dictatoriales.[XXIV]

A verba da Junta de Coordinación Revolucionaria era oriunda, em quase sua totalidade, do ERP. Nesse sentido, além do financiamento de outras organizações revolucionárias, milhares de dólares eram usados para construir e manter uma infra-estrutura revolucionária nos quatro países membros da JCR. No entanto, em 1975, a guerrilha internacional ainda não tinha sido deflagrada, limitando-se a "ofensivas" esporádicas, especialmente na Argentina.

Em maio de 1975, a direção da Junta de Cordinación Revolucionaria decidiu enviar dois emissários em uma viagem pela América Latina a fim de espalhar a estratégia revolucionária da JCR pela região:

> Era tanto uma incursão como uma viagem de informação para realizar um levantamento do nível de determinação (*voluntad*) dos revolucionários latino-americanos. Era como uma sondagem preliminar. Mais tarde eles deviam entregar um relatório e então sair de novo para cimentar alianças ou membros [na JCR].[XXV]

Os escolhidos para desempenhar esta missão foram Amílcar Santucho (irmão mais velho de Mario Roberto Santucho, principal líder do ERP) e Jorge Fuentes (o "homem" do MIR em Buenos Aires). A primeira parada dos emissários foi o Paraguai. Contudo, a missão tornou-se o alvo de uma ação combinada entre as forças de segurança da Argentina, Chile e Paraguai, que contaram com o apoio do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) dos Estados Unidos. Amílcar Santucho e Fuentes foram presos pouco depois de ingressarem no Paraguai. Junto com eles foram apreendidos documentos e listas de endereços e de contatos da JCR. O tratamento dado pelas agências de inteligência na América do Sul a estes prisioneiros já apontava para uma nova tática das forças repressivas dos países do Cone Sul, que superavam suas longas histórias de rivalidade e animosidade, substituindo-as por um nível sem precedentes de colaboração e compartilhamento de informações. Essa nova realidade daria origem ao *Plano Condor*, uma aliança secreta entre os governos militares de Uruguai, Paraguai, Bolívia, Argentina e Brasil.[XXVI]

Alguns autores, como John Dinges, apontam que a principal justificativa e/ou pretexto para a criação desta operação e/ou plano foi a união de quatro organizações revolucionárias sul-americanas, formalizada através da fundação da Junta de Coordinación Revolucionaria. Ao internacionalismo revolucionário, as ditaduras militares responderiam com o internacionalismo da repressão. Nessa perspectiva, pode-se dizer que os governos militares superestimaram a ação da JCR, que se tornou o principal alvo do Plano Condor.[XXVII] O

chileno René Valenzuela, um dos principais representantes da JCR na Europa, avalia: "Eles [os governos militares] achavam que a organização era maior do que na realidade éramos, e reagiram muito rapidamente, com uma força devastadora. Estávamos ainda nas fraldas, com muitos problemas, e nunca tivemos de fato a oportunidade de fazer o que pretendíamos fazer".[XXVIII] Com outra concepção, Joan Patrice McSherry sugere que o peso da JCR no surgimento da Operação Condor deve ser relativizado, pois a coordenação repressiva para além das fronteiras nacionais já estava em marcha antes dos órgãos de segurança sul-americanos descobrirem a existência da Junta de Coordinación Revolucionaria.[XXIX] Por sua vez, Melisa Slatman sugere que, ainda que a experiência concreta da JCR tenha sido limitada no tempo e em seu impacto político e social, a *representação* que desta fizeram as Forças Armadas do Cone Sul e, mais especificamente, seus órgãos de inteligência, foi uma das determinantes para as ações repressivas transnacionais implementadas na América do Sul.[XXX]

Para além da repressão sem fronteiras desencadeada pela Operação Condor, a Junta de Coordinación Revolucionaria sofreu um novo e duro baque em março de 1976, após o golpe de Estado deflagrado na Argentina. Com a intensificação da repressão, em pouco mais de um ano o ERP argentino foi praticamente desarticulado e grande parte de suas lideranças, incluindo seu secretário-geral Mario Roberto Santucho, foi assassinada. As demais organizações que formavam a JCR também foram duramente atingidas. Ainda havia saída? O exterior. Com o golpe e a extrema repressão que se seguiu, os remanescentes do ERP bem como os chilenos, uruguaios e bolivianos que estavam na Argentina partiram para o exílio, espalhando-se pela Europa, México e Cuba. Entre 1976 e 1977, intentou-se reorganizar a Junta de Coordinación Revolucionaria no exílio, através de comitês organizados pelos militantes exilados primeiramente na Europa e depois no México. Mas as tentativas de reorganização fracassaram, sobretudo porque esbarraram nas fragmentações políticas das próprias organizações que integravam a Junta.

Assim sendo, os conflitos internos das organizações membros da JCR, que dissolveram seus laços de cooperação, foram determinantes para a desagregação da organização. No entanto, há ainda um outro fator a ser apontado como decisivo para os reveses enfrentados pela Junta. Aníbal Garzón afirma que, pela realidade da estrutura da organização, poderíamos mudar o nome da JCR de Junta de *Coordinación* Revolucionaria para Junta de *Subordinación* Revolucionaria.[XXXI] Isso porque teria se construído dentro da organização uma hierarquia de poder, na qual as decisões do ERP definiam os rumos da revolução. Segundo Aldo Marchesi, o ERP elaborou um diagnóstico crítico das outras três organizações e promoveu as mudanças e guinadas que julgava necessárias na trajetória política de seus *hermanos*. Na ótica dos guerrilheiros argentinos, os Tupamaros revelavam uma debilidade ideológica e não haviam superado o nacionalismo dos "democratas revolucionários". O MIR era acusado de falta de "proletarização" e indecisão de deflagrar a luta armada. O ELN, por sua vez, era questionado pelo seu "foquismo", pela falta de inserção nos setores proletários e por ser uma guerrilha sem política. Dessa forma, o processo de internacionalização foi concebido, de certa forma, através da homogenização ideológica proposta pelo ERP.[XXXII] No entanto, o próprio Aldo Marchesi relembra que a influência do ERP sobre as demais organizações

> ayudó a cohesionar a organizaciones que sufrían crisis casi terminales. Seguramente si dicha influencia no hubiera existido ambas organizaciones no hubieran continuado. Por outro lado, gran parte de esos enfoques como el de la proletarización o el de la construción del partido marxista leninista, aunque acentuadas em el PRT-ERP, potencialmente ya estaban em las demás organizaciones.[XXXIII]

E, finalmente, no que tange ainda aos fatores que levaram à desestruturação da JCR deve-se ressaltar que o desenvolvimento da coordenação militar, logística e ideológica desta organização na América do Sul correspondeu ao crescente isolamento dos guerrilheiros nos contextos sociais em que estavam inseridos. Ao almejarem um internacionalismo revolucionário, as organizações que integravam a *Junta de Coordinación Revolucionaria* não conseguiram estabelecer laços sólidos com as sociedades que sonhavam transformar.

Ao recuperar os caminhos e descaminhos da esquerda armada no Cone Sul, e mais especificamente da *Junta de Coordinación Revolucionaria*, procuramos não só resgatar uma parte importante da história recente da América do Sul, mas também interpretar a dinâmica interna dos grupos de esquerda que atuaram ao longo das décadas de 1960 e 1970, buscando reconstruir as propostas, discussões e motivações que nortearam a ação destas organizações.

Além disso, nos últimos anos, muitos pesquisadores têm se dedicado a analisar os intercâmbios entre os governos militares e os órgãos de repressão do Cone Sul, contemplando, sobretudo, a chamada Operação Condor. No entanto, o mesmo não acontece referente à integração dos grupos da esquerda armada da região. Ainda que exista uma bibliografia abundante acerca da trajetória das organizações da esquerda armada na conjuntura nacional de cada país da América do Sul, estas pesquisas têm demonstrado pouco interesse em analisar as similaridades e a coordenação das ações destas organizações num contexto mais amplo. Ao privilegiar os cenários nacionais, esta bibliografia ofusca os intercâmbios internacionais e acaba por menosprezar os projetos revolucionários que transcenderam fronteiras. Assim sendo, acreditamos que nosso trabalho poderá contribuir para a análise da perspectiva de internacionalismo revolucionário defendida por importantes organizações revolucionárias da América do Sul.

Notas

[I] Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF); Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Professora de História da América da Universidade Castelo Branco (UCB). E-mail: belprisk@hotmail.com

[II] Cf. MARIANO, Nilson Cezar. *As garras do Condor*. Petrópolis: Vozes, 2003.

[III] Os tupamaros se integraram na coalização *Frente Ampla*, que elegeu Tabaré Vasquez para a presidência da República em outubro de 2004. Com essa vitória, os tupamaros José Mujica e Nora Castro passaram a exercer a liderança no Senado e na Câmara dos Deputados, respectivamente. Em 2009, José Mujica, militante histórico dos Tupamaros e preso político durante 14 anos, foi eleito presidente da República. Sobre os Tupamaros, ver, entre muitos outros: LESSA, Afonso. *La revolución impossible: los tupamaros y el fracaso de la via armada em el Uruguay del siglo XX*. Montevidéu: Editorial Fin de Siglo, 2002.

[IV] Faziam parte da Unidade Popular: Partido Socialista (PS), Partido Comunista (PC), Partido Radical (PR), Partido Social Democrata (PSD), Movimiento de Acción Popular Unificado (MAPU) e Acción Popular Independiente (API) e, posteriormente, a Izquierda Cristiana.

[V] Diferentemente de outras organizações da esquerda chilena, o MIR não optou pelo exílio *em massa* de seus militantes: "*El MIR no se exilia*" era o lema da organização. Os *miristas* que partiram para o exílio enfrentaram, no exterior, um processo de redefinição de rumos. Em 1986, o MIR realizaria finalmente seu IV Congresso, que terminou com uma grande cisão na organização, que se dividiu em três correntes. Muitos militantes deixaram o grupo, outros desistiram da luta política, ou ainda criaram novas facções, algumas das quais são atuantes até os dias atuais. Sobre o MIR, ver, entre muitos outros: PASCAL ALLENDE, Andrés. *El MIR chileno: uma experiência revolucionaria*. Argentina: Cucaña Ediciones, 2003.

[VI] Para saber mais sobre o ERP argentino, ver, entre muitos outros: MATTINI, Luis. *Hombres e mujeres del PRT-ERP: la pasión militante*. La Plata: Editorial de la Campana, 1995; POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas... El PRT-ERP. La guerrilla marxista*. Buenos Aires: Eudeba, 2001.

[VII] ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 14-15.
[VIII] *Ibidem*. p. 16.
[IX] A declaração final da Primeira Conferência da OLAS afirmou a oposição da organização ao imperialismo estadunidense na América Latina e reforçou a opção pela luta armada como instrumento de emancipação dos povos latino-americanos. Em sua concepção, os movimentos guerrilheiros deveriam espalhar-se como "ondas" ("olas" em espanhol), estendendo a revolução por todo o continente.
[X] *Ibidem*. p. 18.
[XI] *Ibidem*, p. 18.
[XII] Para saber mais sobre o ELN da Bolívia, cf: PÉREZ, Cristián. "El Ejército del Che y los Chilenos que continuaron su lucha". *Estúdios Públicos*, nº 89, 2003.
[XIII] Realizada em Havana (Cuba) em 1966, a Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina refletia os impactos das vitórias das revoluções cubana e argelina, da resistência vietnamita à ocupação militar dos EUA e da expansão dos movimentos guerrilheiros pela América Latina. Em sua concepção, a Ásia, a África e a América Latina configuravam regiões decisivas na luta contra o imperialismo estadunidense. Contudo, diante da contra-ofensiva contra as guerrilhas nos três continentes – que culminaram, inclusive, no assassinato de "Che" Guevara – a Tricontinetal, assim como a OLAS (criada em 1967), não conseguiu consolidar-se como uma coordenação real dos movimentos antiimperialistas.
[XIV] GUEVARA, Ernesto "Che". "Mensagem aos povos da Tricontinental" (1967). In: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 305. Grifos nossos.
[XV] Cf. PEREZ, Cristián. "El ejército del Che y los chilenos que continuaron su lucha". *Estúdios Públicos*, nº 89, 2003. p. 225-256.
[XVI] MARCHESI, Aldo. "Geografias de la protesta armada, guerra fria, nueva izquierda y activismo transnacional en el cono sur: o ejemplo de la Junta de Coordinación Revolucionaria (1972-1977)". Disponível em: < http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/2j_marchesi.pdf>. Acessado em 05/09/2011, p. 8.
[XVII] DINGES, John. Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 87-88.
[XVIII] JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. "Estatuto Provisório", [1974]. In: MARCHESI, Aldo. *op. cit*. p. 9.
[XIX] MATTINI, Luis *apud* DINGES, John. *op. cit*. p. 91.
[XX] O anúncio da criação da JCR teve uma modesta repercussão internacional. O *New York Times*, em sua edição de 15 de fevereiro de 1974, fez uma breve menção da formação da frente guerrilheira em uma pequena matéria publicada numa página interior do jornal. O anúncio da fundação da JCR também foi publicado em Lisboa.
[XXI] JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. "A los pueblos de América Latina, declaración constitutiva da JCR", *Che Guevara* – órgão da JCR, nº 1, 01 de novembro de 1974, p. 3.
[XXII] EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO (ERP). "En el camino del Che. Editorial". *Estella Roja*, nº 31, 4 de março de 1974, p. 2.
[XXIII] MARCHESI, Aldo. *op. cit*. p. 14.
[XXIV] *Ibidem*, p. 13.
[XXV] MATTINI, Luis *apud* DINGES, John. *op. cit*. p. 139.
[XXVI] Embora a colaboração entre os serviços de inteligência e os órgãos de repressão da região já estivesse em andamento, a *Condor* foi oficialmente instituída em novembro de 1975, após um encontro dos principais representantes do setor de inteligência da América do Sul, em Santiago do Chile, comandado pelo general Pinochet e pelo coronel Manuel Contreras, chefe da Direção de Inteligência Nacional chilena.
[XXVII] Vale destacar que além da perseguição, prisão, tortura, assassinato e/ou "desaparecimento" dos militantes da Junta de Coordinación Revolucionaria e da esquerda armada em geral, o Plano Condor se voltou principalmente para os líderes democráticos e legalistas, com pouca ou nenhuma conexão com os grupos guerrilheiros.
[XXVIII] VALENZUELA, René *apud* DINGES, John. *op. cit*. p. 91.
[XXIX] Cf. MCSHERRY, Joan Patrice. *Los estados depredadores: la Operación Condor y la guerra encubierta en América Latina*. Santiago: LOM, 2009.
[XXX] SLATMAN, Melisa. "Para um balance necesario: la relación entre la emergencia de la junta de Coordinación Revolucionaria y el Operativo Cóndor. Cono Sur, 1974-1978". *Testimonios. Revista de la Asociación de Historia Oral de la República Argentina*. Buenos Aires, 2010, vol. 2, p. 19-20.
[XXXI] GARZÓN, Aníbal. "La Junta de Coordinación Revolucionaria y la Operación Condor: Dialéctica de la cooperación Cono Sur". Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: < http://www.cedema.org/uploads/4778_1_junta_de_coordinacion_rev.pdf> Acessado em 05/09/2011. p. 18.

[XXXII] MARCHESI, Aldo. *op. cit*. p. 13.
[XXXIII] *Idem*.

Fontes

EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO. "En el camino del Che. Editorial". *Estella Roja* – órgão do ERP, nº 31, 4 de março de 1974.

JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. "A los pueblos de América Latina, declaración constitutiva da JCR", *Che Guevara* – órgão da JCR, nº 1, 01 de novembro de 1974.

Referências Bibliográficas

DINGES, John. **Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GARZÓN, Aníbal. "La Junta de Coordinación Revolucionaria y la Operación Condor: Dialéctica de la cooperación Cono Sur". Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: < http://www.cedema.org/uploads/4778_1_junta_de_coordinacion_rev.pdf> Acessado em 05/09/2011.

LESSA, Afonso. **La revolución impossible: los tupamaros y el fracaso de la via armada em el Uruguay del siglo XX.** Montevidéu: Editorial Fin de Siglo, 2002.

LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais.** 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

MARCHESI, Aldo. "Geografias de la protesta armada, guerra fria, nueva izquierda y activismo transnacional en el cono sur: o ejemplo de la Junta de Coordinación Revolucionaria (1972-1977)". Disponível em: < http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/2j_marchesi.pdf>. Acessado em 05/09/2011.

MATTINI, Luis. **Hombres e mujeres del PRT-ERP: la pasión militante.** La Plata: Editorial de la Campana, 1995.

MARIANO, Nilson Cezar. **As garras do Condor**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MCSHERRY, Joan Patrice. **Los estados depredadores: la Operación Condor y la guerra encubierta en América Latina.** Santiago: LOM, 2009.

PASCAL ALLENDE, Andrés. **El MIR chileno: uma experiência revolucionaria**. Argentina: Cucaña Ediciones, 2003.

PEREZ, Cristián. "El ejército del Che y los chilenos que continuaron su lucha". **Estúdios Públicos**, nº 89, 2003.

POZZI, Pablo. *Por* **las sendas argentinas... El PRT-ERP. La guerrilla marxista.** Buenos Aires: Eudeba, 2001.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SLATMAN, Melisa. "Para um balance necesario: la relación entre la emergencia de la Junta de Coordinación Revolucionaria y el Operativo Cóndor. Cono Sur, 1974-1978". **Testimonios. Revista de la Asociación de Historia Oral de la República Argentina.** Buenos Aires, vol. 2, 2010.